

RECURSO ESPECIAL Nº 1.594.564 - RS (2014/0318693-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : PEDRO RAMOS MACIEL
ADVOGADO : ADEMIR VALENTIM DE SOUZA - RS033527
RECORRIDO : MARINA REJANE MACIEL DE AZEVEDO
ADVOGADO : LUCAS BATISTA PEREIRA E OUTRO(S) - RS076820

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PEDRO RAMOS MACIEL, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. VENDA, PELO RÉU, DE IMÓVEL PERTENCENTE À FALECIA GENITORA DA REQUERENTE. UTILIZAÇÃO DO VALOR PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO EMPREENDIMENTO. DEVER DE PRESTAR CONTAS.

Na primeira fase do procedimento, cabe tão-somente determinar a prestação de contas de quem tem a obrigação de fazê-lo, nos termos do art. 915, §2º, do CPC. Nessa fase, cinge-se o Juiz a analisar se o demandante tem o direito de exigir as contas e se o demandado tem o dever de prestá-las. Dessa forma, em sendo incontroversa a venda de imóvel de propriedade da genitora falecida da autora pelo réu, e não tendo este comprovado a alegada doação pela irmã, presente o dever de prestar as contas postuladas.

APELO PROVIDO. UNÂNIME." (e-STJ, fl. 170)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação do art. 333, I, do Código de Processo Civil de 1973, sustentando, em síntese, que a recorrida não comprovou o seu direito de exigência de prestar contas.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Quanto à alegada violação ao art. 333, I do CPC/73, verifica-se que a mesma não merece prosperar.

O Tribunal de origem expressamente afirmou que tratando-se a autora da ação de prestação de contas de herdeira da mandante, seu interesse nas contas se justifica na medida em que persegue eventual crédito, comprovando, assim a existência do seu direito, senão vejamos:

"É consabido que quem administra bens ou interesses alheios está obrigado a prestar contas dessa administração a quem tenha interesse de exigir as contas. Tratando-se a autora da ação de prestação de contas de herdeira da mandante, seu interesse nas contas se justifica na medida em que persegue eventual crédito.

O dever de prestar contas, e o direito e a pretensão de recebê-las, transmitem-se aos herdeiros e demais sucessores do mandante, não havendo nenhuma regra jurídica dispondo em contrário.

No caso em exame, é incontroverso (artigo 334, III, CPC) que demandado vendeu o imóvel da irmã (mãe da autora) e empregou o dinheiro na construção de dois apartamentos e uma loja comercial. Nesse sentido, além de confessar o recebimento, confirma a utilização da importância na edificação de outro imóvel.

O réu, em sua defesa, sustenta que teria ocorrido uma doação, por parte de sua irmã, circunstância que não logrou comprovar. Portanto, ao que tudo indica, agiu o requerido como verdadeiro administrador de bens de Nilza.

Assim, uma vez comprovada a causa de pedir (venda do imóvel da mãe da autora para custear construção de outro empreendimento) e ausente demonstração da tese defensiva (doação), ônus que competia ao demandado, nos termos do artigo 333, inciso II, do CPC, presente o dever de prestar contas, na forma pretendida." (e-STJ fl.174)

Como visto, no caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela procedência da demanda condenando o recorrente a prestar contas tendo em vista que a autora se desincumbiu de comprovar a existência de seu direito. Alterar tal conclusão demandaria o exame da prova dos autos, inviável em recurso especial, a teor da Sumula 7 desta Corte. Neste sentido:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA

DECORRENTE DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ALEGADA OFENSA AO ART. 333 DO CPC. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A revisão das conclusões adotadas pelo acórdão recorrido e a análise da pretensão recursal demandam o reexame da matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ.

2. "A aferição do êxito do autor ou do réu em comprovar suas alegações (art. 333 do CPC); ou seja, se cumpriu seu ônus probatório, demanda o reexame de fatos e provas, o que é inadmissível na via especial, a teor da Súmula 7 do STJ" (AgRg no Ag 489.545/RJ, Rel. Des. Conv. Vasco Della Giustina, Terceira Turma, DJe 06/11/2009).

3. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 680.129/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 13/05/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. 1. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PEDIDO NESTA FASE RECURSAL. SEM PROVEITO PARA A PARTE. AINDA QUE DEFERIDO NÃO PRODUZ EFEITOS RETROATIVOS. 2. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. 3. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 4. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Pedido de gratuidade da justiça formulado nesta fase recursal não tem proveito para a parte, tendo em vista que o recurso de agravo interno não necessita de recolhimento de custas. Benefício que, embora deferido, não produzirá efeitos retroativos. Precedentes.

2. A matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente.

3. Quanto à matéria atinente ao ônus da prova, o Tribunal estadual concluiu que o recorrente não juntou a documentação que lhe cabia na condição de sócio-administrador e reconheceu parte considerável das alegações e dos documentos juntados pelos requeridos, acolhendo as contas por eles apresentadas. Reverter a conclusão do Tribunal local para acolher a pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula n.

7 do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 898.288/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 20/04/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator